

CNI: Dívida é questão política

30 AGO 1984

Os industriais latino-americanos devem apoiar os seus governos "na tentativa de trazer o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento à discussão política e multilateral". O apelo foi feito pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, em discurso no XX Congresso da AILA — Associação de Industriais Latino-Americana —, em Buenos Aires. Franco pediu "o reconhecimento aberto de que as causas da presente situação foram não somente internas e dependentes da orientação adotada pelas políticas econômicas e, sim, muito nitidamente, ocasionadas também por fatores exógenos, indiferentes ao nosso controle e à nossa vontade".

O presidente da CNI afirmou que "as negociações com o FMI levaram a quedas significativas do PIB latino-americano, em 82 e 83, dado que os ajustes econômicos passaram a impor uma contração drástica dos índices de produção através da queda dos investimentos, com reflexos nos níveis de emprego e na estabilidade social dos nossos países". Depois de afirmar que o repúdio da dívida externa, invocando a teoria da imprevisão, seria hipótese difícil de concretizar na esfera política, Franco defendeu a supressão do processo de transferência líquida de recursos para o exterior incorporado nos mecanismos de ajustamento" do FMI.

Na íntegra, o discurso do senador Albano Franco:

"Ao tempo em que manifesto meus agradecimentos ao Senhor Presidente da República pela honra de sua presença por ocasião da abertura deste Congresso, desejo expressar a minha imensa satisfação em ter a oportunidade de falar saudando os industriais latino-americanos.

É esta, sem dúvida, excelente ocasião para a análise e o debate construtivo em torno dos grandes temas que afligem, no momento, a América Latina. Considero, por isto mesmo, muito feliz a escolha da agenda que deve ordenar os trabalhos deste XX Congresso da AILA pela sua atualidade e pela sua abrangência.

De fato, a integração econômica da América Latina, o desenvolvimento industrial, as funções da empresa privada, os mecanismos alternativos de pagamentos e, por fim, a dívida externa latino-americana são assuntos de interesse comum aos nossos países e, em especial, aos nossos setores industriais.

Na interdependência da temática cumpre destacar, todavia, a proeminência do endividamento externo dos países da região. Assim, por exemplo, a reativação da produção da indústria ou a retomada da ideia de integração estão, nas circunstâncias do momento histórico, na dependência maior de um bom encamiamento de solução para a questão da dívida. E as operações de compensação, que podem ser episodicamente bom instrumento de reabilitação de comércio intra América Latina, representam em verdade válvula de escape para as restrições cambiais impostas por um serviço da dívida em descompasso com a expansão, em valor, das exportações.

Não cabe aqui, por redundante, evocar a sequência de eventos que conduziram a América Latina a um grau de endividamento que, dentro dos esquemas convencionais pelo sistema financeiro internacional, inviabilizam seu crescimento econômico e tornam intoleravelmente agudos seus conflitos sociais.

Cabe, isto sim, como tive oportunidade de fazê-lo em outros foros, invocar a corresponsabilidade entre nações credoras e devedoras no gênese do problema e assinalar a imprevisibilidade durante a década passada, fase do pesado endividamento latino-americano, quanto a nações historicamente exportadoras de capitais terem se transformado, subitamente, em importadoras desses mesmos capitais.

Não são outros os motivos que justificam deslocar os debates do domínio do sistema financeiro internacional para um domínio mais amplo, onde as negociações passam a ter conotação política. Onde a abordagem global sublinhe a interação entre credores e devedores ao mesmo tempo que, na globalidade, questione um comportamento neomercantilista tendente a proteger níveis de emprego de uns, os economicamente mais fortes, à custa do agravamento do de-

semprego de outros, os economicamente mais débeis.

São do conhecimento geral dos programas de austeridade que têm sido impostos aos nossos países, baseados fundamentalmente no controle da demanda agregada através da redução do déficit do setor público, diminuição dos salários reais e consequente queda das importações com substituição parcial da poupança externa pela interna, *per se*, insuficiente. As negociações com o FMI levaram, sem sombra de dúvida, a quedas significativas do PIB latino-americano, em 82 e 83, dado que os ajustes econômicos passaram a impor uma contração drástica dos índices de produção através da queda dos investimentos, com reflexos nos níveis de emprego e na estabilidade social dos nossos países.

As balanças comerciais, forçadas a apresentarem amplos superávits pela necessidade de se fazer frente ao serviço da dívida externa, ainda que tenham em alguns casos refletido uma expansão significativa das exportações espelharão, em paralelo, sensível contração das importações, a refletir o ajustamento imposto via política cambial.

As perspectivas de recuperação das economias industrializadas, se aliadas a ações adicionais de medidas protecionistas, poderão servir de estímulo adicional às nossas exportações. Reconcilia-se, contudo, que todo o esforço terá sido em vão caso não haja reversão no comportamento das elevadas taxas de juros reais.

Assim como repudiar parcialmente a dívida externa invocando a hipótese de imprevisão seria hipótese difícil de concretizar na esfera política, o pagamento total e imediato pelo seu montante seria hipótese absurda, na esfera econômica. O que se deve pretender e almejar é a supressão do processo de transferência líquida de recursos para o exterior incorporado nos mecanismos de ajustamento anteriormente referidos, permitindo resolver a crise de liquidez latino-americana com o retorno a valores aceitáveis da relação dívida externa líquida sobre exportações. Valores que permitam, em contrapartida, nível de importação capaz de assegurar a retomada do desenvolvimento e a recuperação do nível de emprego. Desta maneira, estaria aos governos a segurança aos governos e a tranquilidade aos mercados financeiros internacionais, com possibilidades de acerto a longo prazo.

Aliás, desde a realização da conferência econômica de Quito, em janeiro do ano passado, os nossos países vêm tentando ampliar o leque de discussões em torno do problema da dívida externa dos países em desenvolvimento. Na medida em que se trata não somente de questão subordinada às políticas econômicas internas mas, na verdade, altamente vinculada à evolução da conjuntura internacional, faz-se urgente a contribuição decisiva dos governos dos países industrializados para o encaminhamento de soluções duradouras e factíveis.

Na carta enviada em junho último aos países participantes da Reunião de Londres, os nossos governos já reafirmavam "a necessidade do desenvolvimento de um diálogo construtivo entre países credores e devedores para a identificação de medidas concretas que aliviem a carga de endividamento externo, levando em conta os interesses de todas as partes envolvidas".

Estavam, na verdade, lançadas as bases para a discussão política do assunto de maneira a transformar as soluções de curto prazo, com penalização excessiva dos países em desenvolvimento, em propostas de longo prazo, capazes de contribuir efetivamente para a superação da crise atual.

O Consenso de Cartagena, tendo apresentado dezesseis sugestões aos países credores, que vão desde a revisão dos critérios de condicionalidade do FMI até a solicitação de melhores condições de prazo e carência nas operações de renegociação, foi também outra iniciativa de porte para a ampliação da análise do tema relativo à dívida externa. Naquela oportunidade, os nossos governos, com o apoio irrestrito do setor industrial, tentavam mais uma vez alertar os grandes países credores da imperiosa necessidade de distribuição do ônus da crise como a mais razoável de garantir o estabelecimento social e econômica dos países endividados e, via de consequência, da economia mundial como um todo.

As vésperas de uma Segunda Conferência dos Ministros Latino-Americanos, aqui em Buenos Aires, dando curso à programação estabelecida em Cartagena e preparatória para a Assembleia Anual do Fundo Monetário Internacional, não podemos deixar de recordar o intenso mal-estar criado pela alta dos juros em junho último.

A política econômica dos países industrializados teria, sem sombra de dúvida, que levar em consideração os reclamos dos países em desenvolvimento diante do fato incontestável de que o efetivo envolvimento dos governos na solução dos problemas de liquidez terá reflexos imediatos sobre o abrandamento do protecionismo e sobre o tratamento dispensado pelos bancos privados para a garantia da indispensável expansão das nossas exportações e do fluxo regular de capitais orientado para nossos países. As suas políticas monetária e fiscal, adotadas no sentido de ordenar a reativação econômica, torna-se iam convergentes para o esforço latino-americano de superação da crise atual com abertura para um crescimento, ainda que modesto, dos países em desenvolvimento no imediato futuro.

Ao finalizar a minha intervenção, convoco os industriais da América Latina a apoiarem os seus governos, na tentativa de trazer o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento à discussão no plano político e multilateral.

Plenamente o reconhecimento aberto de que as causas da presente situação foram não somente internas e dependentes da orientação adotada pelas nossas políticas econômicas e, sim, muito nitidamente, ocasionadas também por fatores exógenos, indiferentes ao nosso controle e nossa vontade.

Desta maneira, sugiro que a Declaração de Buenos Aires, ao consolar as opiniões e propostas deste Congresso, sublinhe este ponto como posição da indústria brasileira e, quem sabe, de toda a América Latina, em torno do endividamento externo dos países da região.

Saúdo os companheiros industriais deste Congresso e congratulo-me com as diretorias da AILA e da União Industrial Argentina pela realização desse evento em Buenos Aires, onde podemos sentir o renascer da esperança de todos os latino-americanos nos ideais de Liberdade, de Paz Social e de Democracia".